

Programa do novo Bolsa Família é inconsistente e pode criar instabilidade nos lares, diz analista
[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Cartão do Bolsa Família, da Caixa Econômica Federal (arquivo). Nesta semana, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) oficializou que o novo Bolsa Família vai se chamar "Auxílio Brasil" e deve ter um valor "pelo menos 50% maior" do que o atual, e poderá atender 17 milhões de pessoas. Atualmente, o Bolsa Família atende cerca de 14,6 milhões de pessoas. Os recursos para o novo programa serão provenientes do Fundo de Precatórios. A criação do fundo está prevista em uma proposta de emenda à Constituição (PEC) preparada pelo governo para flexibilizar o pagamento dos precatórios, que são requisições de pagamento expedidas pela Justiça após derrotas definitivas sofridas pelo governo em processos judiciais, explica agência Reuters. O Executivo quer ainda vincular o pagamento de um bônus aos beneficiários do Auxílio Brasil às receitas decorrentes das privatizações de estatais e outros ativos. Caso a PEC seja aprovada, o novo Bolsa Família entra em vigor no ano que vem, que é ano eleitoral. A escolha desse momento para avançar com essa proposta não é por acaso, garante Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV). O auxílio emergencial foi pago em 2020 em cinco parcelas e retornou em abril deste ano, com sete parcelas, devido ao recrudescimento da pandemia do novo coronavírus. As primeiras edições do auxílio tinham um valor superior, de R\$ 600, podendo chegar a até R\$ 1.200. O benefício atinge cerca de 40 milhões de brasileiros.

